



135
E

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330133-9

COMARCA: Pesqueira

APELANTE (S): Estado de Pernambuco

APELADO (S): Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO XARELTO 20MG (RIVAROXABANA). PACIENTE PORTADOR DE CARDIOPATIA DIABÉTICA (MIOCARDIOPATIA DILATADA, HAS, DM E RETINOPATIA DIABÉTICA). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação do 'receituário médico' e da 'solicitação médica' acostados aos autos, subscritos pela Dra. Nereide Mendes (CRM 9.718), do Hospital Pelópidas Silveira, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Geraldo Genuíno da Silva, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 6. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0330133-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330133-9
 COMARCA: Pesqueira
 APELANTE (S): Estado de Pernambuco
 APELADO (S): Ministério Público do Estado de Pernambuco
 RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença proferida pelo Juízo de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Pesqueira, nos autos da **Ação Civil Pública** nº 0002046-28.2013.8.17.1110, que julgou procedente o pedido do autor, ora apelado, nos seguintes termos:

*"Assim sendo, por todo o exposto e tudo mais que consta dos autos, julgo procedente o pedido contido na exordial, para determinar que o Estado de Pernambuco, mantenedor da Farmácia de Pernambuco, forneça o medicamento **XARELTO 20mg (Rivaroxabana)**, 30 comprimidos mensalmente (caixa com 28 comprimidos), proferindo sentença com resolução do mérito, por força do art. 269, I, do Código de Processo Civil.*

*Expeça-se alvará competente autorizado o Sr. **GERALDO GENUÍNO DA SILVA** a receber o medicamento pleiteado perante a Farmácia do Estado de Pernambuco.*

*Oficie-se, ao Estado de Pernambuco, por intermédio de sua Secretaria de Saúde, para que forneça, no prazo de 10 (dez) dias, o medicamento **XARELTO 20mg (Rivaroxabana)**, 30 comprimidos mensalmente (caixa com 28 comprimidos), consoante determinado supra, sob pena de se estar cometendo crime de desobediência (notifique-se imediatamente e via fax, o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, alertando-o do prazo concedido). Oficie-se também à Farmácia de Pernambuco, informando-a da presente decisão. Ademais, faz-se necessário esclarecer a obrigação do Estado em fornecer os medicamentos prescritos, assegurado à paciente o fornecimento do medicamento referente às necessidades futuras. Sem fixação em custas e honorários em virtude da natureza da ação e das partes. (...)".*

Na via ordinária, o autor/apelado pugna pelo fornecimento do medicamento XARELTO 20mg (RIVAROXABANA) - na quantidade de 01 (um) comprimido por dia/30 (trinta) comprimidos/mês -, a Geraldo Genuíno da Silva, portador de Cardiopatia Diabética (miocardiopatia dilatada, HAS, DM e Retinopatia Diabética), e bem assim pela garantia de que o respectivo fornecimento seja mantido enquanto necessário, conforme preceituam o 'receituário médico' (fl.16) e a 'solicitação médica' (fl.17), subscritos pela Dra. Nereide Mendes (CRM 9.718), do Hospital Pelópidas Silveira.

Assevera o autor/apelado a imprescindibilidade do referido medicamento, posto que o paciente "já apresentou quadro semelhante devido a doença de base, tendo alto risco para novo evento. Foi tentado tratamento preventivo com VARFARINA sem conseguir controle efetivo e sem perfil de segurança confiável e satisfatório.", conforme se depreende da 'solicitação médica' mencionada (fl.17).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nesse sentido, aduz ter requisitado o referido medicamento à Secretaria de Saúde de Pernambuco (fls.13/14), sendo tal pleito indeferido (fl.15) sob o fundamento de que *"O medicamento em anexo não faz parte do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica."*

Nesse panorama, o autor/apelado aponta como fundamentos da legitimidade ativa do Ministério Público para atuar como substituto processual na defesa do direito à saúde as prescrições constitucionais constantes dos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, e como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 5º, *caput*, 6º, 23, II, 109, I, e §3º, e 196/198, c/c os arts. 153, IX, e 159, *caput*, da Constituição Estadual, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

O Estado interpôs o presente apelo (fls. 87/97) arguindo, em suma: (i) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso ante o perigo de dano inverso e o risco de lesão grave e de difícil reparação; (ii) que o medicamento cujo fornecimento é pleiteado pelo autor/apelado (substituído) não faz parte do elenco de nenhum programa do SUS e não compõe a lista de dispensação excepcional do Ministério da Saúde, elaborada com o fito de uniformizar procedimentos e preservar a legalidade, a economicidade e a eficiência; (iii) que como alternativa à RIVAROXABANA, o SUS oferece outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, a exemplo da HEPARINA, VARFARINA, ÁCIDO ACETILSALICÍLICO E CLOPIDOGREL; (iv) a existência de política pública de saúde para atendimento da patologia do impetrante, não havendo que se falar em omissão estatal; (v) a ausência de provas quanto à necessidade/eficácia da medicação solicitada, à impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e à impropriedade da política de saúde existente; (vi) que o autor/apelado postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) - já que o Judiciário passaria a substituir o administrador; (vii) que a aquisição de medicamentos pelo Poder Público é medida a ser adotada com observância das regras de direito financeiro e de direito administrativo, e deve ser realizada por meio de procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da Carta Magna; (viii) que ante a ausência de previsão orçamentária, a compra da medicação demandada, de alto custo, traria manifestos prejuízos às ações já programadas de assistência à saúde da coletividade; e (ix) que o art. 196 da Constituição Federal não pode ser interpretado da forma pleiteada pelo autor/apelado (substituído) ante o condicionamento orçamentário, que leva a privilegiar o todo em detrimento de particularidades (reserva do possível), sob pena de inobservância ao princípio da igualdade.

Em suas contra-razões (fls.102/105), reitera o Ministério Público os termos da exordial, e pugna pela manutenção da sentença vergastada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal opinou (fls.118/126) *"pelo não provimento do Reexame Necessário, prejudicado o recurso voluntário."*

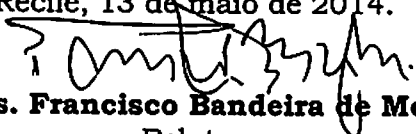


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 13 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



136
E

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330133-9
COMARCA: Pesqueira
APELANTE (S): Estado de Pernambuco
APELADO (S): Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Como visto, pugna o autor/apelado pelo fornecimento, a Geraldo Genuíno da Silva, na forma prescrita pela profissional que o acompanha (fls.16/17), do medicamento XARELTO 20mg (RIVAROXABANA), por não ter o paciente (substituído) condições de arcar com a respectiva compra.

Anoto que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é *comum*, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198).

A necessidade/eficácia da medicação solicitada, a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade, e a impropriedade da política de saúde existente restam evidenciadas pela apreciação do 'receituário médico' (fl.16) e da 'solicitação médica' (fl.17), subscritos pela Dra. Nereide Mendes (CRM 9.718), do Hospital Pelópidas Silveira, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado.

Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa.

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Geraldo Genuíno da Silva, atestada pelos documentos acostados aos autos (fls.12/18), pelo que o atendimento ao referido pleito é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.

Ademais, a jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono o aresto seguinte:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

137
E

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.
2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.
3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

EMENTA:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQÜÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. **DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR.** - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. **MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER.** - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repelido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes." (RE - AgR 393175/RS, Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12/12/2006)".

Ante o exposto, e sendo certo que a pretensão do apelante está em linha de confronto com a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal, **nego provimento ao reexame necessário**, prejudicado o **apelo voluntário**.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator